

M

no que alguns Vereadores já anteriormente exigiu, que não era de competência da Câmara
no que tocava aos fatos. A seguir, leu-se o Relatório do Vereador Luiz Antônio de Abreu
Poboa, e de imediato parabenizou o Vereador Ivan Luiz de Araújo pelo trabalho que realizou
na moção contra a situação em Cabo São, sob o aspecto de menor interesse
e que havia chamado a opinião pública cabense. Parabenizou também ao Vereador Wil-
liam Jesus do Silveira pelo aumento ao cargo de Primeiro Secretário, no que encerrou sua fala
não havendo mais criadores em participação pessoal para fazerem uso do tribuna. O Senhor
Presidente encerrou a presente sessão em nome de Deus. E pois sendo, mandou que se lavrasse
a presente Ata, que depois de lida, submetida a apreciação Plenária, aprovada, suas assinadas
para que produza seus efeitos legais.

M
Assinado
Presidente

Ata da Sessão Segunda Junção
Ordinária do Primeiro Conselho Municipal
da Câmara Municipal de Cabo São, no
Lizada no dia 06 de abril de 1993.

Atos de 06 de abril de 1993 mil novecentos e
noventa e três, sob a Presidência do Vereador Orlando do Santos e com a participação do
Primeiro Secretário pelo Vereador Wiliam Jesus do Silveira, reuniram-se ordinariamente a Câmara Mu-
nicipal de Cabo São. Além disso responderam e chamados regimental os seguintes Vereadores:
Adalton Pinto de Andrade, Dives Bezerra de Albuquerque, Antônio Carlos de Carvalho Junqueira, Antô-
nio Carlos Jesus do Anjo, Alfredo Luiz do Santos Santos, Carlos Roberto Nequeira dos Santos, Eduardo
Carmo Rita, Ivan Luiz de Araújo, José César Elias, Joaquim Schwanke, Luiz Antônio de Abreu Póboa,
Walter Roberto Jesus de Souza, Orlando do Silveira Jesus e Silas Rodrigues Bento. Havendo nú-
mero suficiente, o Senhor Presidente declarou aberta a presente sessão em nome de Deus. A seguir foi
lida e aprovada a Ata da Sessão Primeira Ordinária do Primeiro Conselho Municipal e
cumprimento do ato regimental, o Senhor Presidente retirou-se ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do
Relatório em caráter de requinte. Ofício nº 123/93 de autoria do Senhor Primeiro Suplente Municipal
de acordo com o respectivo requerimento nº 04.2/93 de autoria do Vereador Alfredo Luiz do Rocha Ba-
rboza, Compendência do S.E.C.O.S. - Fundação de Estudos Sociais, o seguinte: En

raminta, pelo o cumprimento dos deveres da Casa e Salvo de mês de janeiro 1993.
 Projeto de Lei nº 009/93, de autoria do Vereador Luiz Antônio de Oliveira Sobrinho, assunto: Ética e
 todo o horário de funcionamento das seguintes Funcionárias do Município de Cabo São João, Indicação
 nº 114/93, de autoria do Vereador Eduardo Garcia Kita, assunto: Indica ao Excmo Senhor Prefeito
 Municipal a colocação de Indutores de Velocidade no Estado dos Serrognos, em frente ao Colé-
 gio Municipal Cecília Leopoldo, Bairro Jacaré, Indicação nº 117/93, de autoria do Vereador Car-
 los Roberto Leopoldo dos Santos, assunto: Indica ao Excmo Senhor Prefeito Municipal que mais que
 três pontos de concessão de Transportes Públicos, no sentido de dar a Comunidade com
 mais duas horas de ônibus; Indicação nº 119/93, de autoria do Vereador Carlos Roberto Soares
 de Souza, assunto: Solucita ao Excmo Senhor Prefeito Municipal a criação de Banco Jardim Lau-
 ra 1; Indicação nº 128/93, de autoria do Vereador Carlos Roberto Leopoldo dos Santos, assunto: Enca-
 minha ao Excmo Senhor Prefeito Municipal, ante Projeto de Lei que cria a Unidade de Referência
 Microcinária, tanto o Sistema de Bases comunitárias no elaboração da Lei Suplementar Anual
 estabelece o Plano Anual de Investimentos e do outras Províncias; Projeto de Lei nº
 031/93, Comissão Executiva nº 006/93, assunto: Dispõe sobre a redução no pagamento de
 Aluguel junto o Conselho Municipal onde como referência o IPTU e o ISS dos imóveis de
 1991/1992. Encaminha a leitura do Propediente, o Senhor Presidente transpõe os trabalhos ao
 seguinte dedicado ao uso da tribuna do Vereador insere em hora própria. Depois a Tribuna
 como primeira orador insere o Vereador Eduardo Garcia Kita, do PL, falando inicialmente de senti-
 mento de preocupação que compartilhava no espírito pelo que tinha acontecendo com a Administração
 do Município. Transpondo para um "holer" a imagem do Governo Municipal, disse que mais im-
 portante poderia afirmar que era uma máquina lenta e pior, que tal máquina estava definitivamente
 inutil. Disse que se se entender e também em grande parte da opinião pública do Município, o pre-
 feto estava desperdiçando sem causar qualquer ação positiva que pudesse mudar tal situação. Uma
 máquina e não ser de limite penitenciária custa de mil e quinhentos, pagar encargos com salários
 altos, e ainda, outras despesas que eram feitas nos gastos da burocracia inútil, emboladas pelo
 mau trabalho dos Assessores do Prefeito. Protestou pela humilhação a que estavam sendo submeti-
 dos os pensionários do município, indagando se tais pessoas que quase anos passavam rápido
 e tinham que esperar a viver e morrer como cidadãos comuns e Cabo São João. Dando prosseguimento ao
 seu discurso, disse o Vereador do PL que talvez por terem ficado dez anos longe do poder, se re-
 tornaram tais pessoas mostrando tanta ociosidade, tanto odo pelo dinheiro, com raríssimas exceções.
 Quanto a frase que estava marcando o Governo "depende de nós", pensou o orador que no momen-
 to dependia apenas do Prefeito e dos Vereadores que o sustentavam na Câmara embora al-
 guns já dessem sinais de descrepitação pelo tratamento que tinham recebido do Executivo. Adiantou

[Handwritten signature]

dizer que apenas alguns poucos Vereadores, privilegiados, estavam conseguindo empregar seus poderes, indicando prazos qualificados. Falou de sua decepção também, quando ao acompanhar alguns Vereadores de o Gabinete do Prefeito, para tentar uma solução para o impasse com os funcionários da Saúde, sentiu o que era um Prefeito ditador, despota e que sequer gostava de dialogar, muito menos com a Câmara. Comentei que diante de tal quadro e face comportamento sumário de alguns Vereadores, a Casa poderia ser independente, o que não podia ocorrer. Diante de suas ações na Câmara, disse que o exemplo de outros Vereadores em primeiro mandato não havia a intenção de fazer uma oposiçãorega, mas sim ter a alegria de contribuir para o engrandecimento de Araruama, o que parecia não ser entendido, principalmente pelos Vereadores. A não ser o quanto da Saúde, disse que o subseção continuava precária, que a situação de radiologia não melhorava, que os consultórios odontológicos careciam de equipamentos, materiais, e também de dentistas, que os Centros de Saúde dispunham outros problemas. Falou sobre a matéria da 3ª Região, mostrando o caso em que estava mergulhado o Hospital de SERRAS, e mais do que nunca a Câmara tinha que se manifestar. Falou de abandono o que estavam relegados as Bancas Jurídicas e que os moradores chegavam a chorar quando precisavam algum tipo de auxílio na Câmara, porque na Prefeitura sequer eram atendidos. Adiante disse que a única maneira de se dialogar com o Governo era através de proposições apresentadas em Plenário, e assim não aceitava o critério de que eram feitas em comissão, e muito menos demagogos. Disse que se a própria Bancada do Prefeito havia dividido, em manter um diálogo com o seu Gabinete, os Vereadores de oposição sequer eram levados em conta, o que lamentava. Falou a seguir do que estava acontecendo em São João del-Rei, com os ágeas invadindo o perímetro do distrito, destruindo casas e outros bens pessoais, e o Governo Municipal que tanto falava em convívio, não se manifestava e também não dava uma subsídio a Comissão Pública através de sua assessoria, e assim, neste, cenário a Administração Municipal melancolicamente se metava as mãos no que estava na sua fala. A seguir, contou a Tribuna o Vereador Ilmo Rodrigues Pinto, do PLEB, de membro de fama catagônica qualquer contato com o Executivo Municipal para beneficiar o Santar Miguel Araruama, o Secretário de Obras do município. Enfatizou que muito menos se oporia para não ser do seu jeito usar o mandato para tal finalidade. Falou que ainda assim se particular ao Santar Miguel Araruama, por ali o Secretário Municipal de Administração para que diminua o Santar Miguel Araruama e ainda tentando resolver outros problemas que envolviam o seu cargo. Mas que após, o Governo percebendo do seu ato, o Secretário de Administração em Estabelecimento próximo que o público seria visitado com sua atividade ao Prefeito no âmbito de matéria específica, o que não bastava, não obedecendo de forma alguma

sua posição política. Falou do atendimento precário quanto a saúde em Jardim Exp-
 rimental, relatando que naquele dia estava no Bairro para salvar um amigo e, passou
 do no Hospital para salvar uma ambulância, constatando que aquele estava fugindo um alim-
 dimento aliado as sub-heras de, mantido e desviado, que quatro horas não retornava, e que
 era lamentável. Disse a seguir que procurava algumas ruas do Bairro, e que o exigiu con-
 tinuava a ser abito, ali mesmo pelo caso do colégio como já havia anunciado em que
 o Prefeito adotava providências. Disse não aceitar tal situação na medida em que o Governo
 anunciava compra de máquina e equipamentos, mas deixava um Bairro dos mais popula-
 res sem qualquer assistência no caso da saúde. Conduziu abito do Prefeito remanejando
 Viradores, dizendo que o Município sofria uma situação financeira desesperadora
 pois o Virador que se afastava continuava recebendo os mesmos subsídios, e que a conti-
 nuar com tal prática o Município teria entre Viradores a certo prazo. Deixando registro
 de o seu protesto pelo que considerava práticas novas do Senhor Prefeito em detrimento
 de interesse coletivo, encerrou sua fala. A seguir, iniciando o segmento ditado de João de
 Tribuna, passou da palavra o Virador Alfredo King da Rocha Barros, falando da mobiliza-
 ção dos lavadores de Lagoa São, que estavam no Rio de Janeiro, no INCRA, junta-
 mente com outros trabalhadores de vários Municípios do Estado, em função de centos e centos
 acordamentos. Disse que o objetivo da mobilização era a conquista do título definitivo
 do terra, e também a expulsão de "quilombos". Disse que a delegação de Lagoa São
 não retornara porque estava também suspendendo pacificamente a sede do INCRA de forma a
 sensibilizar as autoridades e, haviam conseguido junto a Superintendência uma ne-
 gociação com o governo federal dependendo de Brasília. Assim, havia combinado que uma
 comissão de trabalhadores locais de todo o Estado seria formada para junto com o Su-
 perintendente iriam a Brasília e que provavelmente o Instituto financiar a passagem
 e que infelizmente não fora confirmado. Diante de impasse os trabalhadores relataram
 que não havia condições financeiras para irarem com o custo das passagens aéreas, mas
 que havia necessidade da negociação. Assim, continuou a orar, os lavadores decidiram
 por não desocuparem a sede do INCRA, e assim, após uma última reunião, a
 que o PT aguardava uma solução para o impasse. A oportunidade paralizou a mobiliza-
 ção dos lavadores, quando pessoas que muitos vezes eram tidos como limitados na fe-
 liz, mostravam e davam uma demonstração de auto-estima e informação, sabendo lutar pe-
 los seus direitos. Em relação a saúde no Município, disse que no dia anterior estivera pe-
 rente a Assembleia da Classe sendo mantido o entendimento de aceitar o pagamento
 do preposto pelo Governo Municipal, com relação a insalubridade. Disse a seguir que o

PT não quis opinar a luto pela insalubridade, mas em ambiente radio de trabalho não admitindo o PT que em ambiente insalubre o trabalhador pudesse ter superposto a culpa a insalubridade. Observou que o PT estava sob forte com o desmembrar dos entendimentos tendo em vista que a questão da saúde era maior ainda do que a questão da insalubridade que era um direito, a saúde era dever de todos, do executivo ao trabalhador. Seguindo, abordou resposta do Vereador através do Ofício nº 133/93, e Ofício encaminhado pela Prefeitura, quando através de requerimento de informações solicitava o cumprimento da lei, quanto ao envio para a Câmara de todos aqueles que recebiam dos cofres do município abrangendo os meses. Disse que o executivo não remeteu como requereu seu requerimento a lista nominal dos servidores e cargos limitando-se a fixar no Ofício resposta e limitar conseguindo esquivar as irregularidades ducadas pela questão anterior no campo das relações humanas, não havendo motivos para preocupação que vislumbra. Esquivando de se o cidadão que não vislumbra, que não estava em ordem, e que o documento era bem claro, ou seja que fosse enviado a Câmara relação nominal de todos os servidores do Município, com cargos e salários, abrangendo os meses de dezembro de 1992, janeiro, fevereiro e março de 1993, e que era uma obrigação do Prefeito, a transparência administrativa. Com relação, a alienação de bens públicos, disse que o PT tinha a aplicação em doutrina em suas administrações quanto ao IPTU, ou seja quem tinha mais pagava mais e quem tinha menos pagava menos, e ao analisar a situação de tributos em diversos Municípios, não apenas em Cabo Frio, e que os grandes proprietários não pagavam impostos e através de mecanismos vários obtinham muitas vantagens do Poder Público o que o PT não aceitava. Disse que o assunto merecia uma análise mais profunda na discussão de encontro de matéria que pudesse ser diferenciada entre diversos tipos de propriedade, pela localização e, proprietários que simplesmente esquivavam. Finalizando disse que a alienação de bens públicos necessitava de melhor análise e a seguir iniciou seu discurso. Não havendo mais cidadãos inscritos para o uso da Tribuna o Senhor Presidente transportou o trabalho para o segmento dedicado a Velum do Município. Nesta etapa foram aprovados os seguintes matérias: Encaminhados a Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei nº 009/93 e 011/93 - Mensagem Executiva nº 006/93. Aprovados os Indicações nº 114/93, 117/93, 119/93 e 126/93. Não havendo mais matérias para serem apreciadas neste segmento e nem Votadores para fazerem uso da Tribuna no segmento dedicado a Explicação Pessoal, o Senhor Presidente iniciou o presente Sessão em nome de Deus E, para lembrar, mandou que se lousasse a presente Ata, que depois de lida, lida, lida e aprovada, lida e aprovada, sua cópia, para que o produza nos efeitos legais.